

ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES

**EDUCAÇÃO PERMANENTE: UMA DIMENSÃO FORMATIVA NO
SERVIÇO SOCIAL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, para obtenção do título de DOUTORA EM SERVIÇO SOCIAL.

Orientadora: Prof^a Dr^a Jussara Maria Rosa Mendes

PORTO ALEGRE

SETEMBRO DE 2008.

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária responsável: Cinara Ferreira, CRB-10/1824.

F363e

Fernandes, Rosa Maria Castilhos

Educação permanente: uma dimensão formativa no serviço social /
Rosa Maria Castilhos Fernandes. - 2008.

199f.

Orientadora: Jussara Maria Rosa Mendes.

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2008.

1. Serviço social. 2. Formação profissional. 3. Saúde pública.
I - Rosa Maria Castilhos Fernandes. II - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social. III – Título.

CDD 361.007

RESUMO

A pesquisa tem como referencial epistemológico o método dialético crítico de investigação e caracteriza-se como uma pesquisa do tipo qualitativa. Destaca-se entre as categorias do método, a totalidade, a particularidade, a contradição e a historicidade. Como categorias explicativas da realidade privilegia-se: educação permanente, educação e formação, construção de saberes e processo de trabalho, destacando-se a questão social como uma categoria que emerge dessa última. Propõe-se responder a seguinte questão: Como os Assistentes Sociais do município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que atuam no campo da saúde, vêm vivenciando experiências de educação permanente nos seus processos de trabalho? As trilhas metodológicas constituem-se: na aproximação do objeto de investigação, na revisão bibliográfica sobre o tema, na aplicação de questionário e na realização do grupo focal com os Assistentes Sociais sujeitos dessa investigação. Assim, durante a investigação, a cada relato de uma situação vivenciada de educação permanente, de reflexão crítica sobre o processo de trabalho, os assistentes sociais traziam suas percepções sobre as possibilidades e as dificuldades existentes, as estratégias, as habilidades e as atitudes necessárias aos profissionais, bem como os espaços compartilhados, o trabalho interdisciplinar, a relação com os usuários, as necessidades em saúde, as demandas do serviço social e da saúde pública. Enfim, pode-se apreender *o como* esses profissionais desenvolvem educação permanente nos processos de trabalho na saúde. A tese defendida nesta pesquisa é de que a educação permanente, sendo a reflexão crítica sobre o processo de trabalho, se constitui em uma dimensão formativa vivenciada nas situações de trabalho dos assistentes sociais, que se dá através da problematização coletiva das demandas que se apresentam, do desejo político e ético-profissional, portanto, uma estratégia de formação profissional e de possibilidade de mudança e superação das práticas organizacionais, para consolidação de um projeto ético-político comprometido com a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da democracia e da emancipação da cidadania.

ABSTRACT

This survey has the dialectical critical method of investigation as epistemological referential and is characterized as a qualitative research. Among method's categories, it is highlighted aspects as totality, particularity, contradiction and historicity. As explicative categories of reality, it is privileged the following ones: permanent education, education and formation, construction of knowledge and work process, which have the social question as a category. The intentions of this survey are to give a response to the following question: How Social Workers from Porto Alegre, Rio Grande do Sul, who work in health sector, have been experiencing permanent education on their work process? Methodological trails are composed by the approximation of the researched object, bibliography revision on the theme, application of questionnaire and focus groups with Social Workers. Along the research, from each permanent education experience reported, Social Workers have brought to discussion their perceptions about existing possibilities and difficulties, strategies, skills, and attitudes necessities to these professionals, as well as shared spaces, interdisciplinary work, relationship with users, needs in health, social service and public health demands. This way, there was a possibility to discover how these professionals develop permanent education in their work processes on health. The defended idea here is that permanent education, as a critical reflection of work process, is formed in a formative dimension experienced in social workers situations faced at work, which comes from the collective problematization of the demands, the ethical, professional and political desires. Therefore, a strategy of professional formation, possibilities of changes and organizational practices overshoot to consolidate an ethical and political project committed with the intransigent defense of human rights, justice, democracy and emancipation of citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Concepção de Educação Permanente da Declaração da Conferência Geral de Nairobi, em 1976.....	047
Gráfico 1: Distribuição do número de profissionais ativos da 10ª Região	109
Gráfico 2: Localização dos Assistentes Sociais na rede de Serviços de Saúde – Porto Alegre.....	110
Quadro 1: Indicadores de Educação Permanente nos Processos de Trabalho dos Assistentes Sociais.....	112
Gráfico 3: Sobre o espaço sócio-ocupacional na área da saúde.....	113
Gráfico 4: Graduação em Serviço Social - Instituição de Ensino.....	114
Gráfico 5: Possibilidades de educação permanente.....	118
Gráfico 6: Espaços compartilhados, pesquisas e socialização de conhecimentos	119
Gráfico 7: Investimento, indicadores e controle social.....	120
Gráfico 8: Supervisão, construção de conhecimentos, atendimento das necessidades.....	121
Gráfico 9: Dificuldades, Aquisição de conhecimentos e habilidades, Problematização.....	122
Quadro 2: Roteiro para o Grupo Focal.....	126
Quadro 3: Categorias Teóricas e Emergentes.....	131
Quadro 4: Concepção de Educação Permanente no Serviço Social: uma construção coletiva	172

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	011
2	TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS, EDUCAÇÃO E TRABALHO	017
2.1	REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A FORMAÇÃO	022
2.2	A INTERLOCUÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E O TRABALHO.....	033
2.3	(RE) VALORIZAÇÃO DOS IDEAIS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE.....	043
2.3.1	Aspectos Históricos e Conceituais.....	044
2.3.2	A Educação Permanente na Agenda da Saúde no Brasil.....	052
3	REFLEXÕES SOBRE AS DIMENSÕES DO PROCESSO DE TRABALHO..	057
3.1	UMA CATEGORIA EM ANÁLISE: PROCESSO DE TRABALHO	058
3.2	A QUESTÃO SOCIAL EM PAUTA	063
3.3	A DINÂMICA DO PROCESSO DE TRABALHO PROFISSIONAL	076
3.4	ENTRE O TRABALHO PRESCRITO E O TRABALHO REAL: A CONSTRUÇÃO DE SABERES	087
4	AS TRILHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA	095
4.1	A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO	097
4.1.1	Objetivos e questões norteadoras	100
4.2	EM BUSCA DO ESTADO DA ARTE	101
4.3	APROXIMAÇÕES EMPÍRICAS	108
4.4	A INTENÇÃO NA ESCOLHA DO INSTRUMENTO: o grupo focal.....	123
5	NARRATIVAS DOS ASSISTENTES SOCIAIS: AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE.....	130
5.1	DESEJO: UM PRINCÍPIO PARA MUDANÇA.....	132
5.2	A ESCUTA DA DEMANDA: A GERAÇÃO DE NECESSIDADES FORMADORAS.....	134
5.3	OS DETERMINANTES DA DINÂMICA ORGANIZACIONAL.....	141
5.4	A PARTILHA DOS SABERES: EM RELAÇÃO.....	151
5.5	APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA: A PROBLEMATIZAÇÃO.....	156
5.6	A PRESENÇA DA DIMENSÃO ÉTICO POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL: UMA REFERÊNCIA IDENTITÁRIA.....	162
5.7	O DESENHO DE UMA CONCEPÇÃO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA.....	168
6	CONCLUSÃO.....	174
	REFERÊNCIAS.....	184
	APÊNDICES.....	193

1 INTRODUÇÃO

O trem que chega é o mesmo trem da partida, a hora do encontro é também despedida, na plataforma desta estação é a vida deste meu lugar (Milton Nascimento).

Aprendemos com a própria vida, é o que nos ensinou Paulo Freire. Vida que se manifesta por meio de quem somos, de uma identidade, de uma trajetória, de um *curriculum vitae* do qual fazem parte família, religião, amor, comunidade, amigos, partido político, sindicato, movimento, trabalho, convívio com a natureza, enfim, os vínculos mais profundos que são pilares de uma história de vida (GADOTTII, 2004).

Chegamos, nesse momento, carregados de uma história impregnada de sentidos, de interrogações, de uma trajetória profissional e de um conhecimento que tem sido adquirido ao longo de uma formação. É nesse mesmo trem de chegada que vamos partir, pois, como nos diz a música de Milton Nascimento, citada em epígrafe para introduzir o presente trabalho, *“a hora de chegada é também a hora da partida”*. Parte-se para a realização de uma pesquisa com desejo de refletir, lançando, assim, um novo jeito de refletir sobre o mundo: um modo de pensar que estimule a consciência crítica, que seja indagador, científico e que possa, então, por meio de um trabalho de descobertas, desvendar aquilo que está latente, e ao mesmo tempo oculto, no objeto de investigação escolhido.

Se o sentido da educação está naquilo que aprendemos com a própria vida (FREIRE, 2003) e dessa, faz parte o trabalho, então, nesse momento, tem-se como desafio desvendar o processo educativo que existe na prática profissional da profissão que um dia se escolheu: a de ser Assistente Social. As oportunidades experimentadas de reflexões teórico-práticas no exercício da profissão de Assistente Social, como as de aprendizagem significativa vivenciadas junto a diferentes espaços sócio-ocupacionais, em especial, a área da saúde, incluindo-se, também, a prática da docência na formação de Assistentes Sociais, têm permitido à pesquisadora a imersão em processos de educação permanente. Tais experiências fazem sentido na vida profissional ao indagarmos e problematizarmos a realidade social que se manifesta no trabalho, o que permite construir um novo conhecimento a partir de um diálogo com aquilo que já se sabia antes. Nessas situações de aprendizagem no trabalho, por via experiencial, que se encontram muitas das

respostas para as perguntas feitas durante o desenvolvimento de uma prática profissional.

O ato de investigar e de indagar as contradições da realidade social é desafiador a cada dia. Não são poucas as situações que nos deixam perplexos e, ao mesmo tempo, nos inserem em um permanente movimento de busca, em que não apenas nos damos conta das situações dessa complexa realidade, como nos mobilizamos para nela intervir.

As demarcações no Brasil, nas últimas décadas do século XX, sobretudo no início dos anos 1970 (ANTUNES, 2003), caracterizadas pela combinação da reestruturação produtiva (novo padrão de acumulação flexível, deflagrado pelo capital, como um projeto de dominação societal), com as políticas neoliberais e com a aceleração do processo de globalização e os impactos econômicos, políticos e sociais daí decorrentes, acirraram o problema do desemprego e do emprego precário. Todo esse ritmo de inovações no mundo contemporâneo altera as formas de gestão da força de trabalho, requerendo um envolvimento dos trabalhadores na busca de metas de qualidade e de produtividade em benefício do capital. Alteram-se, também, a demanda da mão-de-obra, os padrões de qualificação, as exigências para formação profissional e, fundamentalmente, as requisições para intervenções na realidade.

A reprodução das diversidades e desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, formam “um vasto e complexo caleidoscópio de nações, nacionalidades, etnias, minorias, grupos e classes sociais” (IANNI, 2005, p.127) que configuram o cenário mundial na atualidade. Cenário este, marcado pelos processos de concentração e centralização do capital que adquirem maior força e alcance, impactando não somente as formas de trabalhar, mas o modo de pensar e ser da humanidade (IANNI, 2005).

Dessa forma, as dinâmicas das mudanças que se sucederam, mesmo em sociedades de desenvolvimento industrial avançado, podem ser visualizadas sob diferentes prismas e com efeitos impactantes nas condições de vida de segmentos expressivos da sociedade, tais como: ampliação do desemprego, redução dos empregos estáveis nas empresas, terceirização, precarização das relações de

trabalho, a permanência do trabalho informal, elevados níveis de exigência de qualificação técnica, acentuada redução nos níveis de sindicalização, violação dos direitos humanos, desmonte dos sistemas de proteção social, naturalização da desigualdade social, e, conseqüentemente, o surgimento de uma nova pobreza.

Nessas reflexões introdutórias é mister referir que, diante das seqüelas provocadas pela questão social na sociedade contemporânea, não se pode negar a urgência em repensar permanentemente os processos de trabalho em que os assistentes sociais estão inseridos. Se as demarcações da atualidade vêm imprimindo diferentes formas de manifestações e de expressões vivenciadas pela população brasileira, em especial a classe trabalhadora, é exatamente esse cenário marcado por mudanças de toda ordem social, econômica e política que nos convoca para a construção de estratégias de enfrentamento da questão social.

Uma dessas estratégias está na possibilidade de considerar a Educação Permanente, que é um processo de aprendizagem que se dá por meio da reflexão crítica sobre o processo de trabalho, como uma dimensão formativa no âmbito do Serviço Social, pois as situações de trabalho vivenciadas pelos assistentes sociais podem se constituir em experiências de aprendizagem significativas que incidem na qualidade dos serviços prestados, desde que possam atender às necessidades sociais da população usuária. Cabe, assim, aos profissionais, o compromisso de interrogar a lógica desse processo de exclusão e problematizar os seus rebatimentos na vida cotidiana dos sujeitos, considerando-se cada história de vida e a forma como esta se expressa como demanda nos espaços sócio-ocupacionais.

A partir desse quadro de transformações, desenhado em parte aqui, e as demandas que dele advêm, que marcam o início deste século XXI, ganha-se fôlego para repensar a articulação entre a educação e o trabalho. Ancorando-se nesse foco temático, busca-se trilhar os caminhos dessa investigação, refletindo sobre os saberes necessários aos assistentes sociais, sobre as experiências educativas vivenciadas pelos mesmos e sobre o quanto os espaços sócio-ocupacionais podem se constituir em um lócus de produção de conhecimentos, que deve ser objeto de estudo no âmbito do Serviço Social.

Estudar e debruçar-se continuamente sobre os problemas de nossa época é reconhecer a contraditória, complexa e dinâmica realidade com que o assistente social interage em seu cotidiano profissional. Mesmo que se tenha clareza dos objetivos profissionais e do lugar ocupado por uma prática profissional, produto e protagonista das transformações necessárias para o enfrentamento da questão social, propõe-se investir na educação permanente enquanto uma estratégia de formação profissional e de possibilidade real de superação de velhas práticas para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.

Trazer a dimensão ético-política nessa investigação, significa tratá-la como um “saber ontológico” em que se conserva a perspectiva totalizante e crítica tão necessária na desmistificação das formas reificadas de ser e pensar (BARROCO, 2003, p.56) do agir profissional. Os princípios do código de ética profissional, além de ser *guia*, são um instrumento crítico que contribui para a não-reprodução da alienação no exercício da profissão de assistente social. Entre os princípios destacam-se: o reconhecimento da liberdade como valor ético central, a defesa intransigente dos direitos humanos, a consolidação da cidadania e da democracia, o posicionamento em favor da equidade, da justiça social, a eliminação de todas as formas de preconceito e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores.

Nessa caminhada investigativa, percorre-se trilhas nunca antes percorridas, buscando a inserção nas brechas abertas pela ciência para o “diálogo do conhecimento com a realidade social” (KHOURY, 1995, p.130). Entretanto, para que isso acontecesse, constroem-se as trilhas da investigação, a partir do diálogo com os sujeitos envolvidos: os Assistentes Sociais.

Por meio desse diálogo tem-se, como objetivo geral, analisar como os assistentes sociais do município de Porto Alegre, que atuam no campo da saúde, vêm vivenciando experiências de educação permanente nos processos de trabalho em que estão inseridos. Para tanto, propõe-se desenvolver a pesquisa buscando responder a questão central: como os assistentes sociais do campo da saúde vêm vivenciando experiências de educação permanente nos seus processos de trabalho? Ancorados nesse objeto de estudo, um conjunto de questões norteiam a investigação, tais como: de que maneira os assistentes sociais vivenciam processos

de formação profissional para atender as exigências postas pela questão social; qual o significado atribuído à necessidade da educação permanente e qual a concepção existente sobre a mesma; que dificuldades, obstáculos e possibilidades existem para desencadear processos de educação permanente; que tipo de capacitação profissional possibilita a compreensão da realidade e a construção de uma ação profissional comprometida com o projeto ético-político do Serviço Social.

Além dessa introdução, nesse trabalho de pesquisa constam quatro capítulos. No Capítulo 2, tem-se como objetivo percorrer sobre as configurações contemporâneas caracterizadas pelas transformações societárias de toda ordem – econômica, social, política, cultural –, trazendo alguns elementos que ilustram a forma como estas impactam, não somente a vida dos trabalhadores, mas, também, os sistemas de educação e formação na sociedade. Tarefa nada simples, pois por mais que se tenha a intenção de percorrer sobre as configurações atuais, algo fica de fora e, portanto, não se teve a pretensão de dar conta dessa totalidade complexa. Procura-se tratar de alguns dos aspectos de tais transformações, destacando os processos de reestruturação produtiva e a interface com as concepções de formação e de trabalho. Também se faz uma reflexão sobre a relação existente entre educação, formação e trabalho, seguida de uma revisão da literatura nas ciências da educação, que dá conta da discussão histórica e conceitual da educação permanente. Com esses traçados, vai-se desenhando a compreensão e os pressupostos teóricos que fundamentam a investigação.

O capítulo 3 inicia com a revisão bibliográfica sobre a categoria processo de trabalho e a concepção da categoria questão social, em que se procura evidenciar a articulação desses conteúdos e a profundidade que os mesmos denotam. Aborda-se, também, a dinâmica dos elementos constitutivos do processo de trabalho dos assistentes sociais: o objeto, os meios e o produto, trazendo nessa parte, o campo da saúde como um dos espaços privilegiados de atuação. Seguindo a lógica reflexiva sobre as principais categorias que subsidiam essa investigação, discorre-se a respeito do trabalho prescrito e o do trabalho real, fazendo uma articulação com o trabalho dos assistentes sociais e a construção de saberes nos seus contextos laborais.

No capítulo 4 são demonstradas as trilhas metodológicas percorridas nessa trajetória de investigação e dedica-se, também, à análise, ainda que sucintamente, daquilo que pode ser captado a partir das informações do questionário aplicado por meio de recursos tecnológicos, que fez parte da aproximação dos assistentes sociais. Mais do que uma descrição formalizada do método, dos instrumentos e do processo operacional em si, constam peculiaridades da investigação, sobretudo quanto às escolhas feitas, das aproximações daquilo que é empírico, dos sujeitos implicados na pesquisa, dos critérios utilizados, das subjetividades da pesquisadora, dos achados iniciais. Enfim, constam as pegadas deixadas nas trilhas percorridas.

O capítulo 5 desvela a percepção dos assistentes sociais sobre o objeto estudado: *o como* os profissionais vêm desenvolvendo processos de educação permanente no trabalho. Essas experiências que traduzem o *como*, são apreendidas a partir de suas narrativas desveladas durante a realização dos grupos focais. As narrativas, as experiências profissionais vivenciadas nos processos de trabalho, as concepções construídas coletivamente sobre educação permanente no Serviço Social, o novo, as categorias que emergem, os desejos, o projeto ético-político, as descobertas do pesquisador e também dos pesquisados, enriquecem esse momento da pesquisa.

Por último, chega-se na *estação* da conclusão da tese e, nessa, procura-se refletir sobre as trilhas percorridas e os *achados* da pesquisa, respondendo, a partir dos saberes adquiridos nesse processo, as questões e objetivos explicitados nessa caminhada investigativa. Contudo, consideramos que a pesquisa aqui apresentada é o início de um novo percurso, não somente para a pesquisadora, como para aqueles sujeitos que desejarem, a partir das contribuições explicitadas nesse trabalho, percorrerem outras trilhas na busca da formação profissional através das experiências de educação permanente.

6 CONCLUSÃO

Educação Permanente: uma dimensão formativa no Serviço Social. Assim inicia-se o percurso investigativo e intitula-se a tese que ora se conclui. Não há como negar a existência de uma convicção por parte da pesquisadora de que a reflexão crítica sobre os processos de trabalho dos assistentes sociais permite a aquisição de saberes, sendo o trabalho considerado um lócus privilegiado de formação. Ao longo dessa tese, evidencia-se uma forte ligação entre a educação e o trabalho, a partir dos fundamentos do materialismo histórico de Marx e pela dimensão da contradição e da dialética presente nessa categoria.

No atual quadro político-econômico brasileiro, não se pode negar a ênfase atribuída à importância da educação e da formação, no entanto não se pode negar, também, que esta se inscreve numa lógica de caráter econômico marcada pelos ideários neoliberais. O discurso mundial de aprendizagem, ao longo da vida, tem como eixo estruturante a idéia de que a formação profissional é fundamental para inserção no mercado de trabalho, o que deixa explícito a visão redutora e funcionalista da educação. Assim, a educação tem sido tratada como um mero instrumento à serviço de interesses econômicos vigentes, como uma vantagem competitiva individual na aquisição de emprego, ou, ainda, parafraseando Charlot (2004), é em termos de acesso ao mundo do trabalho que a educação é pensada hoje.

Esta concepção reducionista de educação trata a formação como um dispositivo que possibilita o conhecimento para uma posição social que assegure o acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente o valor de troca, não garante o sucesso neste mercado, do mesmo modo que se encontra desprovida do valor de uso (SILVA, 2007). Também, pensando em termos de valor de troca - a formação e toda certificação por um emprego e uma posição, um trabalho por um salário – formação e trabalho caracterizam-se como objetos que circulam no mercado de consumo silenciando e ocultando a criatividade e a autoria dos trabalhadores, sujeitos implicados na produção de sentidos e significados que atribuem ao seu trabalho profissional.

No entanto, a educação, nessa tese, é entendida como um processo permanente e difuso em toda a vida social e, portanto, possui um papel central a desempenhar, como por exemplo, no âmbito da pesquisa para construção de “uma saída” coletiva, no desenvolvimento de valores que se contraponham as conhecidas formas de competição e de lucro, na reinvenção de “novas formas de articular o aprender, o viver e o trabalhar” (CANÁRIO, 2003, p.4).

A preocupação, nessa trajetória investigativa, de aproximar os contextos de formação ao mundo do trabalho não foi pensada a partir do entendimento da adaptabilidade, mas tratou-se de uma aproximação crítica preocupada com os processos de educação nos coletivos de trabalho. Processos estes, que são capazes de movimentos instituintes que incidem na organização e nos processos de trabalho, mas que, fundamentalmente, consolidem projetos societários que vislumbrem uma sociedade democrática e com justiça social.

As experiências vivenciadas ao se percorrer as trilhas da pesquisa, foram oportunidades de descobertas daquilo que estava oculto e que somente nesse diálogo experimental, construído através da interação dos sujeitos e do objeto de investigação, foi possível dar visibilidade as experiências de educação permanente vivenciadas pelos assistentes sociais que atuam no campo da saúde. O trabalho científico realizado foi um trabalho persistente, que exigiu dedicação, compreensão e aquisição de diferentes saberes que subsidiaram as reflexões teóricas do processo investigativo.

Quando na oportunidade de estágio de Doutorado no Instituto de Psicologia e Ciências da Educação na Universidade do Porto, mais especificamente, no Programa Doutoral das Ciências da Educação, viveu-se aquilo que se chama de *imersão*. Pôde-se apreender daquela experiência formativa, que o marco histórico na vida de um profissional é desenhado por questionamentos objetivos e subjetivos, por problematizações da realidade, por leituras, por construção e desconstrução de saberes, por parcerias, por saudades, por perdas e ganhos, por paixão pelo ofício escolhido, e por tudo isso o momento vivido, tornou-se um divisor de águas na trajetória dessa pesquisadora.

Dito isto, faz-se necessário referir que ao proceder à revisão bibliográfica sobre as concepções de formação, processo de trabalho e educação permanente, teve-se acesso a diferentes produções teóricas, incluindo a de alguns autores até então desconhecidos pela pesquisadora, como, por exemplo, Canário (2003), Correia (2003), Santos (2003), Schwartz (2003), Malglavie (1995), Tardif (2002) entre outros, que tratam da interlocução da temática educação e trabalho, da produção dos saberes, da prática profissional e das experiências de aprendizagem no trabalho. Buscou-se, nesses autores, fundamentos tanto da teoria da sociologia quanto da educação, que permitiram fazer a articulação com o Serviço Social e com a temática trazida sobre a educação permanente dos assistentes sociais, em especial os que atuam no campo da saúde, por ser este o recorte empírico nessa investigação. Nesta revisão literária pode-se apreender que a educação como uma área específica do conhecimento, possui grande abrangência e relevância de temas, concepções e valores que acabam representando uma referência contemporânea, quase obrigatória, para muitos campos do saber, principalmente quando tratamos dos processos formativos, no caso o dos Assistentes Sociais.

Durante a construção dos pressupostos teóricos, encontrou-se a consistência científica que veio subsidiar as reflexões deste estudo. Ao discorrer sobre a dinâmica dos processos de trabalho dos assistentes sociais da saúde, foi possível perceber o quanto é profícuo tratar sobre a educação permanente como uma dimensão formativa. As situações de trabalho podem contribuir com o aprimoramento profissional, que vai sendo construído a partir das respostas encontradas para o atendimento das demandas que emergem nos espaços de trabalho.

Assim sendo, a educação permanente não é algo *sui generis* do campo da saúde, por se tratar de processos de aprendizagem, que resultam da combinação de diferentes situações e modalidades de formação. Entretanto, cabe salientar que a questão central dessa investigação, que procura desvendar como os assistentes sociais vêm vivenciando experiências de educação permanente nos seus processos de trabalho, foi uma descoberta apreendida através das narrativas desses profissionais que atuam no campo da saúde, e que essas conclusões dão conta da elaboração de uma síntese daquilo que consideramos mais pertinente entre os achados da pesquisa.

A primeira questão que essa investigação se propunha a responder era sobre a maneira como os assistentes sociais vivenciam processos de formação profissional para atender as exigências postas pela questão social. A questão social e suas múltiplas expressões provocam inúmeras indagações, tornando-se necessário o preparo intelectual, instruindo-nos para saber pensar as contradições da sociedade, para tratar de pensar não somente os problemas da humanidade, mas de pensar novas maneiras de enfrentar os desafios postos no cotidiano dos trabalhadores sociais. Faz-se necessário repensar a organização dos processos de trabalho na saúde para que se possa responder às necessidades sociais trazidas pelos usuários. Os serviços de saúde, recorte empírico desta pesquisa, e os profissionais em atuação, recebem uma demanda caracterizada por uma população, que vivencia diversas expressões da questão social que se manifestam através das situações e necessidades de saúde das crianças, dos adolescentes, da juventude, das mulheres, dos idosos, dos moradores em situação de rua, das pessoas com deficiências, com doenças do trabalho, com dependência química, com transtornos mentais, enfim, cidadãos com sede, com fome, com falta de afeto e todos aqueles não citados aqui, com direitos a serem garantidos.

Reconhecendo a complexidade e as contradições inerentes a este cenário, é que se pôde perceber a partir das experiências narradas pelos assistentes sociais, que para a apreensão das diferentes expressões da questão social e o atendimento das necessidades sociais, ocorre a problematização sobre a situação posta, se escuta e se olha para a realidade sócio-histórica, propõe-se a discussão sobre as demandas que requerem a intervenção técnico-operativa, a troca de saberes por meio do diálogo com a interdisciplinaridade, com a intersetorialidade e se tem a presença de uma dimensão política no fazer profissional.

Há o entendimento, entre os assistentes sociais, de que o aprimoramento profissional se dá através da aprendizagem significativa, que possibilita a mudança no seu modo de atuação profissional e na própria organização do trabalho em que estão inseridos. Como exemplo, destaca-se o reconhecimento do grupo quanto ao hábito e/ou à habilidade existente, ou, em algumas situações, a ser desenvolvida, de registrar o perfil da demanda dos serviços, o que instiga e subsidia o estudo do que

é cotidianamente vivido para além das percepções inéditas, desafiando o pensar sobre a realidade em que o profissional está inserido.

Não se nega e nem se exclui da compreensão dos processos formativos, aqueles nos espaços escolares, que se dão na formação inicial ou continuada, através de cursos e ou atividades de aprimoramento profissional. Entretanto, é destacado pelos assistentes sociais, a importância dessas atividades formativas estarem atendendo as demandas trazidas à profissão, sobretudo aquelas expressões da questão social vivenciadas e experimentadas pelos usuários dos serviços de saúde em que atuam. Assim, o conhecimento atualizado através de cursos de pós-graduação, de palestras e de seminários em que participaram os sujeitos dessa pesquisa, constituem-se em dispositivos para a modificação dos processos de trabalho, das condições e das relações de trabalho entre os profissionais.

A materialização da educação permanente parte de questionamentos que surgem no cotidiano do trabalho, na relação com o próprio usuário e com o desejo de saber. Desejo esse que tem a ver com as mudanças, com o novo, com a resolutividade e com o comprometimento para consolidação do SUS. Um projeto de formação não é constituído por uma coleção de cursos e de palestras (NÓVOA, 2007), tampouco pelo acúmulo de técnicas apreendidas. A bagagem essencial desses assistentes sociais é resultado das experiências e da reflexividade crítica sobre estas e, fundamentalmente, de (re) construção de uma identidade pessoal e profissional.

Quanto à segunda questão proposta, que refere-se aos obstáculos, dificuldades e, fundamentalmente, às possibilidades de vivenciarem experiências de educação permanente, foi possível apreender um conjunto de situações vividas pelos assistentes sociais que expressam uma forma peculiar de superação e de enfrentamento das dificuldades, tornando aquilo que é *impossível em possível*.

Sem dúvida, as condições e as relações de trabalho em que se inserem os assistentes sociais articulam um conjunto de mediações que atravessam e interferem na operacionalização da ação e, conseqüentemente, nos resultados projetados. No entanto, há um reconhecimento do contexto em que estão inseridos,

suas contradições, seus impactos e suas possibilidades. É essa compreensão que torna-se um dispositivo para identificar o que é possível produzir em termos de respostas, de saberes e de conhecimentos no trabalho.

Nas narrativas, os assistentes sociais apontam dificuldades, tais como: as estruturas organizacionais rígidas, as disputas e a fragmentação de saberes, os limites da formação profissional, a acomodação e a falta de compromisso por parte de alguns trabalhadores da saúde com a causa pública, a desarticulação das equipes e os interesses políticos da gestão, entre outros. Entretanto, a consciência crítica reflexiva, pertinente a esses assistentes sociais, tem permitido a construção de estratégias para superação de obstáculos. Reconhece-se que tais dificuldades fazem parte de uma realidade sócio-histórica, das relações de *poder e saber* das dinâmicas organizacionais, das contradições, mas tal reconhecimento, por si só, não se torna uma justificativa e um impedimento para deflagarem mudanças, ainda que sejam *tímidas* e na *micro-atuação*,

Assim, a dimensão ético-política é referência para o *vir-a-ser*, pois além da função crítica e vigilante que impede a reprodução de componentes alienantes na prática profissional desses assistentes sociais, põe em movimento a socialização, os coletivos de trabalho, a consciência crítica e a liberdade para projetar as mudanças nos espaços sócio-ocupacionais. Desta forma, é preciso visualizar as brechas pertinentes as dinâmicas organizacionais e, então, estrategicamente cruzar as mesmas, na busca da efetivação de melhores resultados.

Outra possibilidade analisada refere-se à tarefa assumida por esses assistentes sociais de criarem um clima propício à partilha dos saberes e de reflexão sobre situações complexas e contraditórias do trabalho, pois reconhecem ter as competências necessárias para a *articulação*. Observa-se a importância da utilização dos saberes teórico-metodológicos do Serviço Social e a sua aplicabilidade, pois a dimensão técnico-operativa não é algo somente de domínio desses assistentes sociais, mas é posta em uso, demonstrando a capacidade de utilizarem o que aprendem nos processos de formação inicial e nos próprios contextos de trabalho.

O que dá sentido à educação permanente vivenciada por esses assistentes sociais é o diálogo provocado entre os profissionais de uma equipe, a análise rigorosa dos seus processos de trabalho, das intervenções e a procura coletiva de melhores formas de agir através da interlocução dos saberes. Isso faz crer que é no exercício profissional que os Assistentes Sociais vêm rompendo com o trabalho fragmentado, predominando a visão generalista, que valoriza a especificidade da profissão, tão necessária para atuação no campo da saúde.

A interdisciplinaridade é algo que acontece a partir da cooperação de várias disciplinas para reflexão e análise de uma situação de trabalho, da interação e do intercâmbio entre os diferentes profissionais, que resulta não só no enriquecimento formativo dos trabalhadores da saúde, como no atendimento das necessidades de saúde e do usuário, por isso valorizada e praticada por esses assistentes sociais.

Outra questão diz respeito ao significado atribuído pelos assistentes sociais à necessidade de educação permanente e à concepção da mesma. As experiências de educação permanente, vivenciadas no campo da saúde, estão fincadas em princípios éticos-políticos que consolidam um projeto profissional, mas, também, uma política social de caráter universal, como o SUS brasileiro. Nas narrativas dos assistentes sociais, os significados atribuídos aos processos de educação permanente não são discursivos, mas são atos, são vividos, são situações de experimentação. Pode-se concluir que há uma predisposição política e ética entre os assistentes sociais, que permite aos mesmos vivenciarem experiências coletivas, sendo capazes de apreenderem o sentido dos “saberes produzidos *do e no* trabalho” (VENDRAMINI, 2006, p.123) e pô-los em uso a serviço das demandas postas na saúde.

Contudo, a concepção desenhada coletivamente sobre educação permanente só foi possível porque as experiências relatadas haviam sido vivenciadas pelos profissionais e, portanto, não apenas constituíram em materiais para o investigador, como, também, foram “produções de sujeitos que se constroem falando de si” (DUBAR, 2006, p.192). Nesse sentido, das narrativas dos assistentes sociais nos grupos focais, pôde-se apreender algumas pautas normativas para sua operacionalização e que merecem destaque, tais como: designar um projeto societário, é uma formação que ocorre fora do sistema educativo superando o

período de escolaridade, pressupõe a compreensão das diferentes dimensões da vida humana e do desenvolvimento integral da pessoa, incluindo as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas pertinentes ao exercício da profissão de assistente social.

O fato de reconhecermos nesse estudo a interlocução da educação e do trabalho, bem como a relação que os sujeitos estabelecem com seus saberes, nos permite repensar que a legitimação profissional se dá, também, a partir dos saberes construídos pelos assistentes sociais nos seus processos de trabalho. Pode-se dizer que a relação que o assistente social estabelece com o saber passa pela sua trajetória de vida, pela forma como o utiliza e a que interesses está atendendo.

Como trabalhadores, os assistentes sociais, inscritos na divisão sócio-técnica do trabalho, precisam repensar a formação profissional, considerando a possibilidade de traçar dois caminhos: de um lado está a legitimação social do saber do trabalhador, considerando-se que está em jogo uma disputa política e epistemológica, um embate cotidiano e de divergências. Nesse espaço de disputa o trabalhador precisa buscar vias de legitimação do seu conhecimento e colocá-los em uso, desencadeando processos coletivos de reflexão e intervenção. O outro caminho diz respeito às subjetividades, à singularidade, aos desejos do profissional, para que os assistentes sociais saiam da posição de delegar a verdade sempre àqueles que detém o conhecimento científico ou a tecnologia, como se não fossem capazes de produzir conhecimentos; ou ainda, para que consigam superar obstáculos pertencentes às contradições de uma sociedade capitalista, saindo da esfera da queixa e da imobilização. É preciso optar pela reflexão crítica sobre os seus processos de trabalho, deflagrar processos de educação permanente, construir alternativas e descobrir brechas, comprometendo-se de forma autônoma e responsável com a consolidação do projeto ético-político.

Ademais, é fundamental supor que para ocorrer a educação permanente há que se ter coragem de tempos em tempos, “*fazer uma faxina na cabeça*”, revisar conteúdos, crenças, idéias, procedimentos, metodologias, resultados, enfim, reconstruir saberes. Acredita-se que para repensar a formação profissional, deve-se levar em conta os saberes dos assistentes sociais e as realidades específicas, bem como as particularidades de seu trabalho cotidiano, o que poderá permitir uma nova

articulação e equilíbrio entre os conhecimentos produzidos pelas universidades e os saberes desenvolvidos pelos trabalhadores em suas práticas cotidianas.

Outra questão conclusiva, refere-se à importância de revisitar as diretrizes curriculares do Serviço Social e, da mesma forma, refletir sobre os conteúdos trabalhados nos espaços acadêmicos, pois os ideários da educação permanente devem ser postos em debate nos diversos espaços formativos dos assistentes sociais permitindo a interlocução do ensino, da gestão e do controle social, sendo esse último representado pelos usuários do sistema de saúde. Também, é importante deixar registrado que a educação permanente ao ser assumida como uma dimensão formativa no Serviço Social, poderá incidir na qualidade da formação e do exercício profissional, uma vez que surgem em diferentes regiões do território nacional, novos cursos formadores de Assistentes Sociais, incluindo os de ensino à distância, porém muitos deles puramente mercantis, sem qualquer mecanismo de controle dos governos e/ou órgãos fiscalizadores da categoria. Há então uma emergente necessidade de priorizar conteúdos que contribuam na construção do conhecimento, de saberes críticos, enfim de investigação da realidade, para que a formação dos trabalhadores sociais não seja uma mera preparação para atender as exigências do mercado de trabalho, mas que possa refletir criticamente sobre as possibilidades e limites de consolidação do projeto ético-político profissional.

A tese defendida nesta pesquisa é de que a educação permanente, sendo a reflexão crítica sobre o processo de trabalho, se constitui em uma dimensão formativa vivenciada nas situações de trabalho dos assistentes sociais, que se dá através da problematização coletiva das demandas que se apresentam, do desejo político e ético-profissional, portanto, uma estratégia de formação profissional e de possibilidade de mudança e superação das práticas organizacionais, para consolidação de um projeto ético-político comprometido com a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da democracia e da emancipação da cidadania.

Para terminar, por tudo que foi possível analisar, conhecer, crescer, amadurecer nas trilhas percorridas, tem-se a convicção de que o grande desafio dos assistentes sociais está na possibilidade de construção de uma sociedade em que a dimensão ético-política seja o pilar que nos permita, permanentemente, “aprendermos a ser”. Este “aprender a ser” pressupõe consciência crítica, reflexão

sobre os nossos atos, clareza da escolha e importância da profissão de assistente social, principalmente na conjuntura econômica, social e política da atualidade. Assim sendo, sustentados por essa compreensão que os assistentes sociais, que fizeram parte desta investigação, nos presenteiam com suas experiências, com suas utopias, com suas persistências, suas coragens, suas histórias, com seus comprometimentos, com narrativas que nos mostram o *como* é possível e quem sabe, por meio de processos de educação permanente possa-se cada vez mais *aprender a ser ASSISTENTE SOCIAL!*

